

Universidades

www.jornaleconomico.pt

Boletim de informação académica



Foto cedida

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Politécnico de Leiria abre primeira 'sala de aula do futuro' em Portugal

É o primeiro Laboratório de Pensamento Complexo em Portugal e pretende ser um espaço para construção de ideias a partir de problemas, potenciando e incentivando o pensamento complexo da comunidade académica.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

O modelo de aula em que o estudante está sentado à secretária, virado para o professor, está cada vez mais ultrapassado. Impressoras 3D, óculos de realidade virtual, robôs de programação, quadros de escrita... serão assim as salas de aulas no ensino superior e em todos os níveis de ensino.

Na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria acaba de abrir uma, a primeira do género em Portugal. "Decidimos chamar-lhe Laboratório de Pensamento Complexo, tentando ilustrar a importância de uma reforma de pensamento que segue em direção a um pensamento complexo", diz Pedro Morouço, diretor da Escola, que — na inauguração, no Dia Internacional da

Matemática, do PI e do nascimento de Albert Einstein — acolheu no seu seio Carlos Fiolhais, o físico e professor da Universidade de Coimbra, que fez uma preleção sobre a criatividade, de ontem e hoje.

Na nova sala da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPLeiria, os alunos são impulsionados a desenvolver uma estratégia de pensamento que não seja redutora nem totalizante, mas reflexiva, perante objetos multidimensionais, interativos e com componentes aleatórios, na linha do que é defendido pelo grande pensador da educação Edgar Morin.

"Os estudantes — explica Pedro Morouço ao JE Universidades — precisam de ser estimulados e com este laboratório pretendemos criar um espaço para construção de ideias a partir de problemas, mediante a partilha e valorização do conhecimento". Complementa:

"Através da promoção de "uma interdisciplinaridade, e tratando os assuntos através de diversos ângulos e com recurso a diferentes tecnologias, cremos que os estudantes serão impelidos a um melhor processo pedagógico".

Neste momento, o laboratório

Impressoras 3D, óculos de realidade virtual, robôs de programação, quadros de escrita... serão assim as futuras salas de aulas, tanto no ensino superior como nos outros níveis de ensino

está disponível para os estudantes, técnicos e docentes da Escola, que podem reservar o espaço para atividades letivas e outras atividades académicas. "Consideramos que este laboratório tem todo o potencial e as características necessárias para registar uma procura significativa por parte dos nossos docentes, o que nos poderá compelir a repensar as salas de aula existentes e a transformá-las neste tipo de espaço e oferta", adianta.

A nova infraestrutura é vista como um embrião da Escola para estender potencialidades junto de entidades parceiras. No futuro, admite Pedro Morouço, o espaço poderá vir a ser aberto ao exterior, para contribuir para estimular o pensamento e a criatividade da comunidade. Já estão a ser estudadas ideias e oportunidades para promover o espaço nesse sentido. ■

OPINIÃO

Fernando Ramos, reitor da UPortucalense, reflete sobre a modernização do E. Superior ■ P2

ENSINO SUPERIOR

Reitores apontam prioridades a Elvira Fortunato

Financiamento e emprego científico encabeçam a lista de problemas que aguardam a nova ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nas Laranjeiras. ■ P2

ENTREVISTA

"Queremos formar juristas que tenham capacidade para pensar criticamente"



Ana Taveira da Fonseca

Diretora da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP

A nova diretora destaca a empregabilidade e os laços com as firmas de advogados e revela que quer alargar a oferta no próximo triénio e fazer crescer a investigação. ■ P4,5

CIÊNCIA

Centro de impressão 3D para próteses abre na FCT NOVA ■ P6

MÉRITO

João Mano, da UA, recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Utrecht ■ P7

OPINIÃO

Queremos mesmo perder uma grande oportunidade de modernização?



Fernando M. S. Ramos
Reitor da Universidade
Portucalense

Quemos mesmo perder – ou procrastinar – uma grande oportunidade de modernização do Ensino Superior em Portugal?

A experiência forçada que as instituições, os estudantes e os docentes, dos diferentes graus de ensino, tiveram, nos últimos quase dois anos, com o ensino remoto de emergência, acelerou o interesse das comunidades educativas em explorarem o potencial do ensino a distância, nas suas várias variantes, no enriquecimento dos ambientes de ensino e de aprendizagem.

Como comprovam os muitos estudos publicados em periódicos científicos de grande reputação internacional, este potencial tem vindo a ser aproveitado, com excelentes resultados, no Ensino Superior (ES) em diversas geografias, incluindo na Europa, quer como modalidade autónoma quer no enriquecimento do ensino tradicional presencial (abordagem habitualmente conhecida pela designação inglesa ‘blended learning’, ou, ainda, como modelos mistos ou híbridos).

Esta perspetiva de enriquecimento do ensino presencial através de metodologias de ensino a distância, isto é, através da incorporação de componentes de interação, síncronas e assíncronas, não presenciais, tem-se revelado particularmente interessante quando articulada com estratégias ativas de aprendizagem (sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos/desafios, estudos de caso, simulações, entre várias outras).

Em Portugal, o quadro legal que regula o ES assenta, no essencial, em dois diplomas: i) o Decreto-Lei n.º 74/2006, na versão estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, cujo

articulado pressupõe uma orientação exclusiva para ciclos de estudos presenciais (veja-se a definição de horas de contacto que remete taxativamente para contacto presencial); ii) o Decreto-Lei n.º 133/2019, que estabelece o regime a que devem obedecer os ciclos de estudos ministrados a distância, isto é, os ciclos de estudos em que o somatório dos ECTS das unidades curriculares lecionadas predominantemente a distância seja igual ou superior a 75% do número total de ECTS do ciclo de estudos.

Entre estes dois modelos extremos, que necessitam, aliás, de urgente atenção harmonizadora por parte da tutela, reside uma enorme oportunidade de melhoria das metodologias de ensino e de aprendizagem adotadas no ES através da criação de ambientes de trabalho híbridos, com diferentes níveis de flexibilização temporal e espacial, mais ajustados aos padrões de vida atuais, fortemente mediados pelas tecnologias digitais, e mais consentâneos com as expectativas de um número crescente de estudantes, de famílias e de organizações empregadoras do nosso tecido socioeconómico.

No entanto, a inexistência de regulamentação que estabeleça critérios que permitam às instituições de ES aplicar princípios de flexibilização, espacial e temporal, das horas de contacto é um sério constrangimento que urge solucionar para que seja possível adotar novas metodologias de trabalho que permitam que o sistema de ES nacional se modernize, com níveis de qualidade exigentes mas alinhados com a evolução do conhecimento neste domínio, a exemplo do que vemos acontecer noutros países que tanto gostamos - e bem - de invocar como referência de progresso no domínio do ES.

É, portanto, urgente criar um quadro legal que regule a adoção no ES português de modelos de ensino e de aprendizagem de tipo ‘blended-learning’ (mistos ou híbridos, se preferirem) para não perdermos, ou procrastinarmos, uma grande oportunidade de avanço na qualidade do ES. ■



GOVERNO

Reitores apontam prioridades a ministra da Ciência e Ensino Superior

Financiamento e emprego científico encabeçam a lista dos problemas que aguardam Elvira Fortunato no Palácio das Laranjeiras. Deverão ser atacados de frente e já, afirmam os reitores ao JE Universidades.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Os governos passam, os protagonistas mudam. Na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior há agora uma cara nova: Elvira Fortunato. Cabe à cientista, professora da NOVA School of Science and Technology | FCT NOVA e vice-reitora da Universidade NOVA, onde coordenava a área de investigação desde 2017, definir os caminhos da investigação e do ensino superior nos próximos quatro anos e meio. Por onde deverá começar? Quais as prioridades? A pedido do JE

Universidades, três reitores — Amílcar Falcão, da Universidade de Coimbra, Paulo Águas, da Universidade do Algarve, e Rui Vieira de Castro, da Universidade do Minho — e Rogério Colaço, presidente do Instituto Superior Técnico, maior instituição da Universidade de Lisboa, sinalizam o inadiável nas duas vertentes da tutela, ensino superior e ciência.

“No ensino superior, a prioridade é ser claro no discurso e na ação relativamente ao sistema binário em vigor (ensino universitário versus ensino politécnico), respeitar a autonomia universitária, proteger as instituições mitigando o

seu subfinanciamento crónico e, sobretudo, pensar nos estudantes”, afirma o reitor da Universidade de Coimbra.

No caderno de encargos para a ciência, Amílcar Falcão coloca um tema que colhe unanimidade no painel do JE Universidades. “É absolutamente prioritário procurar soluções que possam amenizar a bomba relógio que é o chamado “emprego científico” que, com a configuração atual, nem é “emprego” nem é “científico”.

O emprego científico é a verdadeira batata quente que Elvira Fortunato vai ter nas mãos. Rogério Colaço aponta a urgência do lança-

Cristina Bernardo

mento de um programa de reequi-pamento dos centros de investigação, uma vez que “o financiamento dos últimos cinco anos tem sido quase exclusivamente para recursos humanos”, justifica. Mas logo, logo, deverá promover um programa de empregabilidade para doutorados em empresas.

Para o presidente do Técnico, o grande constrangimento no ensino superior é o financiamento. Como nos disse há cerca de um ano, na instituição que lidera, como em muitas outras, a dotação do Orçamento do Estado apenas chega para cobrir 70% dos salários dos funcionários. Quer isto dizer que o resto dos salários e de tudo sai da capacidade de captação de receitas próprias da instituições.

Atacar de frente este problema endémico é para Rogério Colaço, a prioridade das prioridades: “Rever a lei de financiamento do ensino superior e a fórmula de financiamento dela decorrente, estabelecendo um contrato com as instituições de ensino superior do qual conste uma estimativa do custo de formação por aluno (por área de formação) e um ‘numeri clausi’ máximo por estabelecimento ou curso, até ao qual é garantido financiamento público”.

O reitor da Universidade do Algarve, Paulo Águas, propõe que se comece a legislatura com a realização de um contrato de legislatura entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior, na linha do que foi inaugurado pelo ministro Manuel Heitor. Mais ambicioso e estruturante. Paulo Águas lembra as quatro dimensões do contrato anterior e acrescenta duas, uma das quais... emprego científico.

Na sua perspetiva, eis as linhas com que se deveria coser o documento: Alargar a base social de participação no ensino superior para uma sociedade baseada no conhecimento; Diversificar e especializar o processo de ensino/aprendizagem no ensino superior intensificando a atividade de I&D; Empregar melhor com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma articulação com as empresas, o tecido produtivo e a administração pública; Reforçar e expandir a internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D; Assegurar a coesão e equilíbrio da rede, através da regulação do acesso ao ensino superior e do adequado financiamento; e Rever a legislação que enquadra o ensino superior e a ciência, nomeadamente as carreiras docente e de investigação.

O Reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, também carrega na tecla do emprego científico, chama a atenção para a questão do financiamento e alerta para a necessidade de aumentar o investimento no sector.

“Num momento de grandes riscos e incertezas como aquele que atravessamos, é importante que o Governo do nosso País testemunhe a sua aposta nas universidades, instituições fundamentais para a construção de um país mais livre, mais justo, e mais desenvolvido”, afirma.

Segundo Rui Vieira de Castro, “esta seria então a primeira grande prioridade – assumir as instituições de ensino superior como fatores de transformação da sociedade portuguesa, garantindo-lhes condições para o cumprimento da sua missão de assegurar a educação superior dos portugueses, de promover o alargamento das fronteiras do conhecimento humano e de contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural, do País e das regiões”.

Este fortalecimento cumprir-se-á, segundo o reitor da UMinho, pela criação de condições financeiras adequadas. Lembra que o orçamento proposto para 2022 (cujo chumbo levou à queda do anterior Governo) em outubro passado, reconhecia a necessidade de cumprir o contrato de legislatura, que previa um aumento de 2% na dotação das instituições de ensino superior, e a necessidade de se aplicar efetivamente o modelo de financiamento que a lei determina, pon-do fim a “uma situação que gera distorções profundamente injustas e injustificáveis”.

“Uma atenção efetiva ao sistema de ensino superior e de investigação traduzir-se-á na criação de condições para a renovação e a estabilidade dos recursos humanos das instituições - neste particular, o caso dos investigadores contratados no âmbito dos programas de emprego científico é particularmente preocupante, dado que se aproximam do seu final centenas de contratos”, afirma. Rui Vieira de Castro considera ainda que o investimento que hoje é feito pela FCT na contratação de investigadores deveria ser incorporado no orçamento das instituições. Estas, “melhor que ninguém” estão “habilitadas para uma adequada gestão das respetivas carreiras”.

De acordo com o reitor da UMinho, a aposta no ensino superior deverá ainda prever programas de modernização das infraestruturas pedagógicas, científicas e tecnológicas das instituições — “há muito que estas não são objeto dos investimentos necessários”, o que afeta “gravemente a qualidade dos serviços prestados e diminui a sua competitividade internacional”. ■

Elvira Fortunato, cientista, inventora do transistor de papel chega ao Governo

Elvira Fortunato é uma das cientistas portuguesas mais conhecidas. Pioneira na investigação europeia sobre eletrónica transparente, demonstrou, com o cientista Rodrigo Martins, que os materiais à base de óxidos metálicos podem ser usados como verdadeiros semicondutores. Juntos demonstraram também a possibilidade de fazer o primeiro transistor de papel e iniciaram um novo campo na área de eletrónica de papel.

OPINIÃO

Qualificar e profissionalizar investigadores e professores do ensino superior



Mariana Gaio Alves
Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP)

Em Portugal registou-se uma evolução notável no que respeita à expansão do número de estudantes e diplomados no ensino superior e das atividades de ciência nas últimas décadas. Esta expansão foi acompanhada de exigências crescentes no que respeita às qualificações dos académicos. Em 2009, a revisão dos estatutos das carreiras docentes (Estatuto da Carreira de Docente Universitário e Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico) estabeleceu o grau de doutoramento como o diploma académico requerido para aceder à categoria inicial destas carreiras. Em paralelo, foi criado um regime transitório para que os professores que ainda não fossem doutorados, obtivessem essa qualificação.

O crescimento do número de doutorados em Portugal decorre, ainda, da aposta na formação avançada visando a dinamização de atividades de ciência e tecnologia concretizada a partir da década de 1990. A existência de bolsas de doutoramento é um dos sinais dessa aposta, assim como o surgimento de diversos programas que têm promovido a contratação, sempre a termo certo, de investigadores científicos. Ou seja, a maioria dos cientistas são contratados à margem da carreira até porque o Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) data já de 1999 e nunca foi revisto, estando hoje claramente desatualizado.

Portanto, o aumento da exigência em termos de qualificações académicas de professores e investigadores tem sido acompanhada de um crescimento daqueles que estão contratados em situações precá-

rias ocupando posições transitórias, bem como da generalização de muito escassas oportunidades de progressão em termos de níveis salariais. A ausência de revisão do ECIC resultou na inexistência de mecanismos de avaliação do desempenho destes profissionais que sejam transparentes e abrangentes às várias instituições do país. Já os sistemas de avaliação de desempenho dos docentes das universidades e dos politécnicos caracterizam-se por uma muito elevada exigência, quando confrontados com os funcionários públicos em geral. Apenas uma ínfima parte (cerca de 5%) alcançam os seis anos consecutivos de classificação como Excelente que permitem essa transição na maioria das instituições.

É notório que investigadores e professores vêm enfrentando e correspondendo a pressões e exigências cada vez mais exacerbadas nos últimos anos, mas ao mesmo tempo agravam-se as tendências de contratação de cada vez mais profissionais por períodos transitórias, de perda contínua de poder de compra e de diminuição das remunerações médias.

A continuidade da expansão do ensino superior e da ciência são fundamentais para promover o desenvolvimento social, cultural e económico do nosso país. Essa expansão requer inverter tendências, criando condições mais atrativas para que os jovens escolham estas profissões. É preciso planear e desenhar medidas que permitam progressivamente renovar os quadros de professores de carreira e integrar os investigadores nas carreiras, evitando uma situação grave de escassez de profissionais qualificados no ensino superior e ciência semelhante à que se vive hoje com a falta de professores do ensino básico e secundário. Importa não desperdiçar os saberes e experiências acumulados ao longo das últimas dezenas de anos pelos professores e investigadores.

O novo Governo tem de priorizar a atenção a esta situação agindo de modo firme e determinado para ultrapassar estes desafios, em prol do desenvolvimento do país. ■



Rui Vieira de Castro
Reitor da Universidade do Minho



Paulo Águas
Reitor da Universidade do Algarve



Rogério Colaço
Presidente do Instituto Superior Técnico
Universidade de Lisboa



Amílcar Falcão
Reitor da Universidade de Coimbra

ENTREVISTA | **ANA TAVEIRA DA FONSECA** | Diretora da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

“Queremos formar juristas que tenham capacidade para pensar criticamente”

O exercício das profissões jurídicas está em mudança acelerada e a Escola de Direito de Lisboa da Católica quer continuar a dar cartas. Ana Taveira da Fonseca, a nova diretora, quer alargar a oferta nos próximos três anos e fazer crescer a investigação.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Ana Taveira da Fonseca, 41 anos, é a primeira Diretora da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Nesta entrevista, analisa o impacto das mudanças trazidas pela inovação tecnológica e pelo mercado de trabalho ao ensino do Direito e à oferta formativa da Escola, destaca a elevada empregabilidade e os sólidos laços com as sociedades de advogados. revela ainda que na área da investigação, um dos objetivos é o crescimento, no próximo triénio, do Católica Research Centre for the Future of Law. Olhar em frente sem perder de vista o passado é a perspetiva da nova liderança.

Quantos anos vai estar à frente da Escola?

O mandato tem a duração de três anos.

O que representa ser a primeira mulher a dirigir a Escola?

Dirigir a Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa é uma enorme responsabilidade. Sinto a responsabilidade, perante os nossos alunos, professores e colaboradores, de inovar, mantendo as características que individualizam a nossa Escola, desde 1976. Sinto igualmente a responsabilidade de honrar o trabalho dos diretores que me precederam. É verdade que, até aqui, todos os diretores foram homens. Porém, essa coincidência é a consequência natural de, noutros tempos, o curso de Direito ter menos raparigas do que rapazes a ingressar nele. A tendência inverteu-se, felizmente, nos últimos 30/35 anos. Isso determinou que mais mulheres fossem escolhidas para docentes das Faculdades de Direito e possibilitou que estas fossem progressivamente assumindo lugares nas respectivas Direções. Devo relembrar que sou, de facto, a primeira mulher a dirigir a Escola de Lisboa, mas a Faculdade

de Direito da Universidade Católica Portuguesa já teve como Diretora, durante largos anos, a Professora Maria da Glória Garcia. A liderança feminina não é, por isso, uma novidade na nossa Faculdade.

O que muda na sua vida com esta nova responsabilidade?

Uma vez que integro a direção da Escola de Lisboa, desde janeiro de 2015, muitas das funções que agora desempenho não me são estranhas. Porém, até aqui, estava principalmente concentrada na coordenação dos nossos programas de mestrado e passo, agora, a acompanhar todos os projetos desta Escola. O desafio é grande e o meu principal receio é afastar-me, nos próximos três anos, do ensino e da investigação que, apesar de não menos exigentes, são funções especialmente gratificante.

O que se pode esperar da sua liderança? Quais as prioridades para o mandato?

A prioridade não passará jamais por uma rutura com o passado e com os projetos que foram desenvolvidos até aqui. Pelo contrário, uma das prioridades é manter os programas de licenciatura, de mestrado e de doutoramento que temos e que são reconhecidos pela sua qualidade e exigência. Isto não significa que os ciclos de estudos

existentes não devam evoluir e que não seja desejável a criação de novos programas. E não me estou só a referir a programas pós-graduados não atributivos de grau. Apesar de o processo de criação de novos ciclos de estudos ser, hoje em dia, complexo e muito moroso, é nosso objetivo alargar a oferta no próximo triénio.

Pode explicar?

O exercício das profissões jurídicas alterou-se significativamente nos últimos 20 anos e, por isso, a forma como ensinamos os nossos estudantes tem de ser repensada. Quando saem das Universidades, os alunos têm de estar preparados para trabalhar em contextos internacionais, mesmo que exerçam as suas profissões em Portugal. É igualmente crível que a evolução tecnológica vá alterar a forma como os juristas trabalham. As Universidades não podem alhear-se destas modificações e não adaptar os seus planos de curso a estas mudanças.

Quais são as grandes temáticas do ensino e da investigação do da Escola? Que licenciaturas e mestrados oferece?

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito possui uma licenciatura em Direito e cinco programas de mestrado, todos orientados para o exercício profissional. Entre os nossos mestrados, contamos com o pioneiro Mestrado em Direito e Gestão, oferecido em parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics. Temos ainda o Mestrado Forense, onde os alunos encontram um amplíssimo leque de cadeiras nas áreas do direito civil e processo civil, do direito penal e processo penal e do direito do trabalho e processo do trabalho. Para quem procura uma maior especialização no 2.º ciclo, encontrará nos Mestrados em Direito Administrativo, em Direito Fiscal e em Direito Empresarial programas muito inovadores e atualizados para responder às necessidades do mercado de trabalho.

A Escola oferece ainda um conjunto muito alargado de pós-graduações, cursos breves e seminários através do Católica Next. Alguns desses cursos já contam com várias edições, outros são inteiramente novos. Disponibilizamos, por fim, um programa de doutoramento oferecido em português e em inglês.

Quantos alunos tem a Escola?

Ao contrário do que possa parecer, não é fácil fazer essa contabilização, porque estes números vão variando ao longo do ano. Entre cursos atributivos de grau e cursos pós-graduados, a Escola de Lisboa conta com cerca de 1300 alunos. A estes, somam-se ainda os estudantes de outras instituições e que frequentam programas de mobilidade internacional na nossa Escola. A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa é, ainda assim, uma instituição pequena em número de alunos e de docentes, quando comparada com as Faculdades de Direito estatais.

Há alunos estrangeiros? Quais as principais nacionalidades?

Uma vez que a licenciatura em Direito ainda tem um grande número de disciplinas obrigatórias exclusivamente oferecidas em língua portuguesa, é natural que não tenhamos tantos estudantes estrangeiros quanto desejamos a candidatar-se ao nosso programa de primeiro ciclo. Temos, ainda assim, 85 alunos que não têm nacionalidade portuguesa. A maioria provém da Região Administrativa Especial de Macau. Porém, ao lado destes, detemos muitos estudantes internacionais que nos chegam, através dos programas de mobilidade internacional. Por esta via, contamos não só com alunos de toda a Europa, mas também com estudantes provenientes dos Estados Unidos e de vários países da América do Sul. A razão é simples. Dado que dispomos de uma ampla oferta de disciplinas optativas lecionadas em lín-





Cristina Bernardo

gua inglesa na licenciatura, que integram o Transnational Law Curriculum, temos visto aumentar muito significativamente o número de estudantes em programas de mobilidade internacional, provenientes de países sem contacto com a língua portuguesa e que, por esse motivo, tradicionalmente optavam por não vir para Portugal. Alguns destes estudantes acabam por voltar e frequentar programas de LLM da Católica Global School of Law.

Ao nível do 2.º ciclo, os estudantes internacionais são sobretudo encaminhados para os programas de LLM e Mestrado oferecidos pela Católica Global School of Law. Ao contrário do que acontecia no passado ainda recente, temos no nosso curso de doutoramento vários alunos internacionais que não provêm de países de língua oficial portuguesa. Isto é consequência de o curso de doutoramento também ser ministrado em inglês e de admitirmos dissertações de doutoramento redigidas em língua inglesa.

A oferta está posicionada para responder aos novos tempos e em concreto ao desafio da digitalização?

Na licenciatura em Direito disponibilizamos várias disciplinas optativas na área do direito e tecnologia como, por exemplo, Direito e Inteligência Artificial, Blockchain and the Law, Introduction to Law in a Digital Economy, Digital Surveillance, Digital Governance, e Technology and the Laws of War. Nas diferentes disciplinas obrigatórias, os professores têm igualmente desenvolvido esforços para integrar nos currículos estas matérias, quando tal referência se justifica no contexto desta unidade curricular. Ao nível da formação pós-graduada, para além do programa de LLM - Law in a Digital Economy, nos Mestrados lecionados em língua portuguesa são oferecidas disciplinas como Fiscalidade das Indústrias Digitais e Plataformas Digitais. É, porém, expectável que a oferta seja ainda alargada nos próximos anos. O Católica Research Centre for the Future of Law tem uma linha de investigação interdisciplinar dedicada ao estudo do direito e inteligência artificial, que congrega investigadores nacionais e estrangeiros de diferentes áreas do saber.

No campo da oferta pedagógica tem alguma coisa em preparação para o próximo ano letivo 2022/23?

As alterações no ano letivo de 2022/2023 serão ainda de pormenor. As grandes modificações dependem de processos de acreditação junto da A3ES que, normalmente, têm início no último trimestre de cada ano civil. Estes processos estão a tornar-se cada vez mais morosos, com prejuízo das instituições de ensino superior que deviam ter a possibilidade de alterar os seus planos de estudos com maior agilidade para responder aos desafios que lhes vão sendo colocados pelo mercado de trabalho.

Que lugar tem a investigação

nas prioridades da Escola?

Como já tive oportunidade de sublinhar anteriormente, um dos objetivos da Escola passa pelo crescimento, no próximo triénio, do nosso centro de investigação, o Católica Research Centre for the Future of Law. As Universidades não servem só para ensinar, devem ser também centros privilegiados de geração de conhecimento.

É um desafio.

O financiamento da investigação em Universidades, que não contam com o apoio direto e indireto que possuem as estatais, constitui um enorme desafio. Felizmente, temos beneficiado das boas avaliações que nos foram atribuídas pela FCT e do apoio de financiadores privados que têm contribuído para o desenvolvimento de projetos com impacto para a comunidade jurídica em Portugal.

Penso, por outro lado, que esse conhecimento que vai sendo gerado não pode ser desperdiçado. É, por isso, fundamental que as Universidades, através dos seus centros de investigação, voltem a ser consultadas, no âmbito dos grandes processos de alteração legislativa, como eram no passado. A independência, a imparcialidade e o conhecimento que só estas garantem têm sido, nas últimas décadas, muitas vezes desaproveitados. As leis muito teriam beneficiado, se o legislador tivesse recebido um maior contributo dos centros de investigação em Direito, no momento da sua elaboração. Sem prejuízo de outros 'players' do sistema serem ouvidos, as Universidades não devem ter um papel secundário. Sem privilegiar nenhuma delas, porque todas apresentarão certamente perspectivas distintas, deve caber-lhes o principal contributo no apoio ao processo legislativo.

Qual a relação da Escola com as sociedades de advogados?

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa tem procurado, desde há muitos anos, estreitar as relações com as sociedades de advogados pelas sinergias que identificamos nesta ligação.

As sociedades de advogados são, hoje em dia, os maiores recrutadores de jovens juristas em Portugal. Os nossos alunos, ao contrário do que acontecia noutros tempos, não iniciam os seus estágios profissionais só com a perspectiva de adquirirem competências práticas. Eles identificam ali o início da sua carreira profissional. Por outro lado, a Escola procura junto dos profissionais que trabalham nessas sociedades de advogados perceber as alterações que devemos introduzir nos nossos ciclos de estudos para potenciar a formação dos nossos alunos. Na verdade, também o fazemos junto de outros juristas ou de juizes e magistrados do ministério público.

Sempre que se mostra adequado procuramos integrar, nos nossos programas, profissionais reconhecidos nas áreas em que se especializam. São também patrocinadores de muitas das nossas iniciativas.

Neste momento, em conjunto com a Católica Global School of Law, temos um programa de patrocínio de "Chairs e Professorships" ao qual já aderiram a VdA, a PLMJ e a Abreu Advogados.

Que níveis de empregabilidade apresenta a Escola?

Os níveis de empregabilidade dos nossos estudantes são muito elevados. De acordo com o último estudo publicado pela Direção Geral de Educação e Ciência, a taxa de empregabilidade dos licenciados em Direito diplomados pela nossa Escola nos anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020 era de 99%. De acordo com o mesmo estudo, a taxa de empregabilidade daqueles que obtiveram, nos mesmos anos, o grau de Mestre na FD UCP (Lisboa) era ainda mais alta, mais concretamente de 99,3%.

Como analisa esses números?

Os excelentes resultados que temos ao nível da empregabilidade devem-se ao facto de o ensino da nossa Escola ser muito personalizado e orientado para o exercício profissional. Beneficiamos ainda do trabalho do Gabinete de Carreiras que tem procurado desenvolver nos nossos alunos "soft skills" que, muitas vezes, os jovens licenciados e mestres em Direito não possuem. De acordo com o estudo que, anualmente, é elaborado pelo nosso Gabinete de Carreiras junto das maiores sociedades de advogados em Portugal, 20% do total de advogados estagiários recrutados em 2021 eram licenciados em Direito pela nossa Escola. Trata-se de uma percentagem muito elevada quando comparada com o número total de alunos licenciados pelas outras Faculdades de Direito. No mesmo ano de 2021, 67% do total de advogados estagiários recrutados pelas sociedades de advogados inquiridas frequentou ou concluiu um Mestrado. Deste grupo, 47% frequentou o 2º ciclo na FD UCP (Lisboa). Este número é revelador da importância que os recrutadores dão aos alunos formados na nossa Escola.

Na sua perspetiva, qual deverá ser o papel da Universidade no futuro?

As Universidades deverão preocupar-se em dar aos jovens licenciados uma formação de qualidade e as bases necessárias para que estes se consigam adaptar aos desafios muito variados que, ao longo de uma vida profissional que se prevê longa, vão ter de enfrentar. No caso da nossa Escola, queremos formar juristas que tenham capacidade para pensar criticamente, para aprender por eles próprios e de se transformarem num mundo em constante mudança.

As Universidades não podem, contudo, pensar que o seu trabalho termina no momento em que os estudantes acabam o ciclo de estudos em que estavam inscritos. Estes devem sentir que encontram na sua "alma mater" uma casa à qual podem voltar sempre que quiserem evoluir profissionalmente. ■

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Centro de impressão 3D para próteses e dispositivos de apoio abre na FCT NOVA

O 3D Printing Center for Health junta medicina e engenharia para criar próteses de membros superiores e também dispositivos de apoio para facilitar gestos tão simples como usar uma chave. Neste projeto pioneiro na área da saúde em Portugal, a Faculdade conta já com vários parceiros, mas quer alargar a rede.

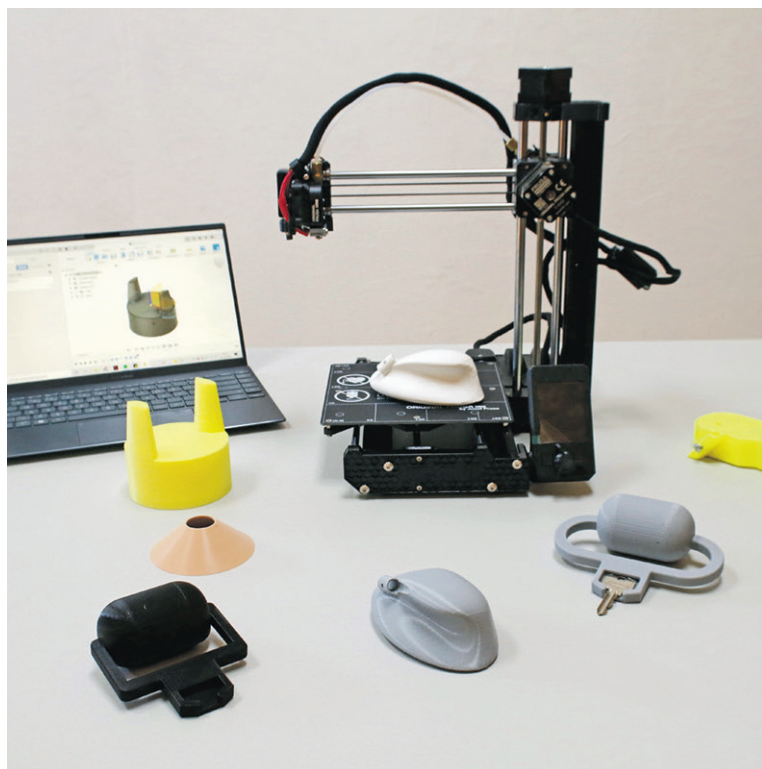
ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Neste centro não há papel, nem se fazem fotocópias. Usam-se ácido polilático, resina e termoplástico elastómero para imprimir próteses e dispositivos que serão implantados em pessoas que perderam um dedo ou uma mão ou têm qualquer outro tipo de disfunção.

“Fazemos recurso à impressão 3D, através da integração de conhecimentos interdisciplinares nas áreas da medicina e das engenharias”, adianta Cláudia Quaresma, investigadora e coordenadora do 3D Printing Center for Health, ao JE Universidades.

Na genesis do centro estão três instituições de investigação da NOVA School of Science and Technology | FCT NOVA, onde se localiza — Laboratório de Instrumentação, Engenharia Biomédica e Física das Radiações, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Engenharia Mecânica e Industrial e FCT FabLab. Pioneiro em Portugal, o centro tem como foco ser uma referência nacional e internacional para a saúde e independência funcional, contribuir para o desenvolvimento de próteses, produtos de apoio e criação de dispositivos baseados em técnicas de impressão 3D.

A equipa é transdisciplinar e o ambiente colaborativo envolve todos os intervenientes: doentes, prestadores de cuidados informais, profissionais de saúde e investigadores. A sua abordagem está cen-



Cláudia Quaresma
Investigadora,
Coordenadora do 3D Printing Center
for Health

trada no utilizador. “Todas as pessoas podem ter acesso ao 3D Printing Center for Health”, diz Cláudia Quaresma. Para o garantir, é fundamental uma boa rede. “Temos vários parceiros clínicos e não clínicos, porém temos todo o interesse em ampliar as nossas parcerias”, adianta. Explica que qualquer entidade pode ser parceira, desde persiga o objetivo de ajudar o maior número de pessoas com algum tipo de limitação ou disfunção. “Neste momento, e para conseguirmos dar mais resposta a um

maior número de pessoas, precisamos de mais instituições que se juntem a nós em forma de mecenato”, acrescenta. No grupo dos parceiros clínicos contam-se vários hospitais — Curry Cabral, D. Estefania, Garcia de Horta e o Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão. Nos parceiros destaca-se o American Corner.

“O trabalho desenvolvido pelo centro visa a criação ou identificação dos modelos mais adequados para as próteses, tecnologias de apoio ou outros dispositivos existentes, impressos em 3D, com o apoio das instituições parceiras”, explica Cláudia Quaresma. “Imprimir um dispositivo depende muito do seu tamanho e da sua complexidade”, adianta a investigadora. A impressão de uma prótese de mão, por exemplo, pode levar cerca de 10 horas, porém se for um dispositivo de apoio à escrita, demora entre duas a quatro. Os materiais usados vão ao encontro do objetivo de cada uma das peças e são sempre escolhidos em parceria com os parceiros clínicos e as pessoas que os vão utilizar.

A FCT NOVA, além de promover a prestação de serviços úteis na área da saúde à comunidade, quer com este projeto identificar e criar novos materiais e metodologias de design, tecnologias e equipamentos de impressão 3D. O Centro arrancou com dois projetos específicos que criam dispositivos de apoio para pessoas de todas as idades e marca o início de uma nova esperança para quem sofre. ■

Dois projetos no arranque

O Centro da FCT NOVA arrancou com dois projetos. E-nable 3D printing Center for Health, um deles, está registado como centro de referência E-NABLE e o seu objetivo é desenvolver ou adaptar próteses de membros superiores impressas em 3D. Este processo é feito em colaboração com várias instituições da área da saúde, com as quais foram estabelecidos protocolos de parceria.

O segundo projeto designa-se Motion Seeker e visa o desenvolvimento de dispositivos e tecnologias de apoio impressos em 3D, de forma gratuita, para crianças, adultos e idosos. “São dispositivos que ajudam em gestos tão simples como usar uma chave ou a escrita manual”, esclarece Cláudia Quaresma. O processo de design, desenvolvimento e validação é feito pelo centro da FCT NOVA em colaboração com as instituições de saúde parceiras e de forma altamente personalizada, tendo em conta as necessidades das pessoas envolvidas.

A atividade do centro não se esgota neste dois projetos, pretendendo-se alargar o seu leque de ação, de forma a desenvolver dispositivos com recurso à impressão 3D com elevado impacto societal. Por outro lado, diz a investigadora, “é imperativo que o processo de desenvolvimento seja essencialmente centrado no utilizador, e que envolva todos os intervenientes: doentes, prestadores de cuidados informais, profissionais de saúde, investigadores e estudantes”.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA EM ESTUDO INTERNACIONAL

Investigadores concluem que temperaturas elevadas e seca reduzem o crescimento de árvores tropicais

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Vista de fora, a conclusão faz sentido. Mas os autores do estudo ficaram surpreendidos com a descoberta de que o clima durante a estação seca teve um efeito mais forte no crescimento das árvores do que o clima durante a estação chuvosa. Uma possível explicação, adiantam, é que a água está disponível por mais tempo durante os anos com estações secas mais húmidas, ou com temperaturas mais amenas.

Ou seja, a estação de crescimento é mais longa, o que leva a um maior crescimento das árvores.

O estudo teve como objetivo compreender as grandes flutuações na absorção de carbono pela vegetação tropical a nível mundial e envolveu cerca de 100 autores com dados de anéis de crescimento amostrados em 30 países tropicais e subtropicais. Cristina Nabais e Ana Carvalho, do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra (UC) foram o rosto português neste esforço de colaboração internacional. Cristina Nabais ga-



rante o empenho do laboratório da Universidade de Coimbra para um maior conhecimento da dinâmica de crescimento das árvores das regiões tropicais. “É importante continuar o esforço de amostragem em regiões tropicais, alargando a cobertura geográfica das séries de anéis de crescimento”.

O estudo, liderado por investigadores de três Universidades: Wageningen, dos Países Baixos, norte-americana do Arizona e Estadual de Campinas, Brasil, foi recentemente publicado na revista Nature Geoscience, do grupo Nature.

FIGURA EM DESTAQUE

João Mano recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Utrecht



Foto Cedida

Tem nas mãos uma missão admirável: prolongar a vida de pessoas que sofrem de doenças crônicas. As palavras são de Henk Kummeling, reitor da Universidade de Utrecht, e o homem que as inspira é João Mano. Português, 54 anos, licenciado em Engenharia Química no Técnico, doutorado em Química-Física na área de polímeros, é professor catedrático no departamento de Química na Universidade de Aveiro, vice-diretor do Laboratório Associado CICECO – Instituto de Materiais de Aveiro e agora também Doutor Honoris Causa da Universidade de Utrecht. “É uma grande honra, pelo simbolismo que está associado a um doutoramento honoris causa, a distinção maior que pode ser conferida por uma instituição universitária, e também pelo prestígio daquela universidade”, diz ao JE Universidades.

A Universidade de Utrecht é uma das mais antigas e importantes academias dos Países Baixos e da Europa, conta com 12 Prémios Nobel, entre antigos alunos e professores, e está sempre muito bem classificada nos rankings internacionais que comparam o desempenho das universidades. A distinção que atribui a João Mano fica a dever-se, como explicou o reitor Henk Kummeling, ao trabalho pioneiro no campo da medicina regenerativa e ao seu contributo para a introdução de soluções criativas com impacto significativo no campo das terapias regenerativas. João Mano é um mago. “Constrói” tecidos em laboratório que possam ser implantados em pacientes que tenham ficado sem esses tecidos, devido a um acidente ou doença. O seu projeto mais recente consiste no reaproveitamento de matérias recolhidas

durante o parto, como a membrana amniótica e o cordão umbilical, para construir tecidos que vão permitir a regeneração dos tecidos ósseos sem recurso a cirurgias ou próteses. Do ponto de vista prático, diz-nos, “este título potencia a criação de novas pontes de ligação com a Universidade de Utrecht e torna-me quase como um embaixador da Universidade de Aveiro nessa instituição”. Uma ligação que se reforça. “Haverá com certeza — adianta — um reforço muito significativo de ações conjuntas, quer na vertente mais de ensino, mas principalmente ao nível da investigação. Temos já lançados projetos de doutoramento comuns e certamente haverá o interesse na participação conjunta em candidaturas a projetos europeus, principalmente em área de interface entre materiais, tecnologias e saúde”. Em boa hora.

Breves

Professor Rui Gomes é o novo provedor do Estudante do IPVC



Sempre com os alunos. O professor aposentado da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Rui Gomes vai defender e promover os direitos e interesses legítimos dos estudantes do Politécnico de Viana do Castelo nos próximos dois anos. “É com orgulho, dedicação e gosto que aceito este desafio”, afirma o novo Provedor do Estudante. Ensinou no ensino secundário, ingressou depois, no Instituto Politécnico de Portalegre, mas foi no Politécnico de Viana do Castelo que fez carreira. Aposentado há dois anos, compete-lhe agora “defender os estudantes e respeitar os inalienáveis princípios da independência, da imparcialidade e da confidencialidade”.

Presidente do ISEP reeleita para mais um mandato

Maria João Viamonte foi reeleita para um segundo mandato à frente do Instituto Superior de Engenharia do Porto. A professora vai liderar a instituição até 2026.

Catedrático da UMinho é primeiro português a presidir a WFEO

José Vieira, professor catedrático do departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, tomou posse, em San José, na Costa Rica, como Presidente da World Federation of Engineering Organizations Federation Mondiale des Organisations d'Ingenieurs (WFEO). É o primeiro português a ocupar o cargo.

Docente do ISEG integra direção de associação europeia de Contabilidade

Sofia Lourenço foi eleita para o ‘board’ da European Accounting Association. A professora do ISEG é, assim, a representante portuguesa nesta instituição europeia que promove a investigação e o ensino de qualidade na área da Contabilidade. A nova direção tem mandato até 2025.

VOLUNTARIADO

Estudantes do IPCA dinamizam apoio à Ucrânia

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Oleksandr Afanasyev está em Portugal desde setembro. Este filho de Kherson, cidade bombardeada e tomada no início da invasão, no sul da Ucrânia, onde a população continua a opôr-se na rua à invasão russa, faz parte do grupo de quatro estudantes ucranianos que estão no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave ao abrigo da mobilidade.

Aos estudos, Oleksandr junta agora a missão de ajudar a Ucrânia, como muitos dos seus colegas do IPCA. Mariana Lima, presidente da Associação Académica do Instituto, conta que a equipa lançou o mote aos restantes grupos académicos e à comunidade estu-



Foto Cedida

dantil e os resultados surgiram de imediato e são gratificantes. “Conseguimos recolher uma quantidade avultada de bens que, posteriormente, foram entregues junto dos municípios onde o IPCA está representado, sendo distribuídos localmente ou enviados para a Ucrânia ou para os países fronteiriços que estão a acolher, numa primeira instância a população ucraniana”, explica.

Ao nível institucional, o IPCA mostrou disponibilidade para acolher estudantes, professores e investigadores ucranianos, dando-lhes a oportunidade de retomar, de alguma forma, a vida interrompida pela guerra. Os alunos poderão ingressar nos ciclos de estudo da instituição, enquanto os investigadores poderão continuar a desenvolver o seu trabalho. ■

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Foi você que pediu um bom professor?

Quem são no ensino superior os professores que asseguram a formação inicial daqueles que, mais tarde, vão ensinar os mais novos? A Fundação Edulog estudou o perfil do formador.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Todo o professor, um dia, foi aluno. Antes de chegar ao outro lado da sala de aula no ensino básico ou no secundário, esse professor frequentou o ensino superior, aí aprendeu e recebeu ensinamentos de outros professores. De quem? Quem são, afinal, aqueles que no ensino superior asseguram a formação inicial dos professores?

Um estudo realizado pela Fundação EDULOG, iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo, a apresentar esta sexta-feira à tarde no Colégio Efanor, no Porto, traça o “Perfil académico e profissional de professores do ensino superior que asseguram a Formação Inicial de Professores”.

“Esta investigação deverá servir como ponto de partida para uma reflexão mais alargada sobre a importância da Formação Inicial de Professores”, afirma David Justino, membro do Conselho Consultivo do EDULOG, professor catedrático de Sociologia e antigo ministro da Educação.

Para traçar o perfil, os investigadores analisaram os cursos que asseguram a formação inicial de professores ministrados em instituições públicas e privadas, acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), num total de 148 e consideraram 1736 docentes que asseguram 2878 unidades curriculares. Contaram com o envolvimento do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da U.Porto.



Segundo o documento a que o JE Universidades teve acesso, uma primeira conclusão refere que “a maioria dos docentes têm doutoramento e formação académica ajustada às unidades curriculares que lecionam”, mas “um terço não tem formação no ramo educacional e os perfis académicos estão desajustados às componentes de formação”.

Para contrariar este cenário, o EDULOG propõe “o reconhecimento institucional da Formação Inicial de Professores, criando condições de desenvolvimento profissional que lhes permitam aprofundar os conhecimentos sobre as práticas do ensino supervi-

sionado, ao mesmo tempo que se criam condições de envolvimento dos estudantes, em estágio, em atividades de investigação sobre a prática docente”.

Uma segunda conclusão mostra que os cursos são predominantemente assegurados por professores em início de carreira, sendo em número reduzido aqueles que têm experiência de lecionação nos ensinos básicos e secundário. Refere que, a par disso, e apesar das indicações legais para a progressão de carreira, muitas das instituições de ensino superior que fazem parte da análise não têm aberto concursos, o que pode ser indicador das dificuldades financeiras do sector.

O documento do EDULOG revela ainda que a maioria dos docentes tem ligação a Centros de Investigação, ainda que não seja feita referência ao tipo de pertença nem à participação em projetos. Todavia, o volume de publicações de artigos por parte destes docentes é, regra geral, baixo.

Esta investigação é particularmente relevante dado os resultados de um estudo do EDULOG sobre “O impacto do professor nas aprendizagens do aluno”, segundo o qual a qualidade das práticas de ensino tem impacto na aprendizagem dos alunos. Por outras palavras, um bom professor faz realmente a diferença. ■

Breves

Universidade Europeia e Altice Portugal assinam protocolo



A parceria estabelecida entre a Universidade Europeia e a Altice, através da MEO e da Altice Labs, compreende ações de colaboração científico-tecnológica, que visam o desenvolvimento de atividades voltadas para a formação de recursos humanos e a difusão de conhecimento. A colaboração compreende estágios académicos e profissionais de licenciados e mestres, intercâmbio de especialistas, realização conjunta de eventos e dinamização de iniciativas em espaços físicos. “Esta parceria permite à Universidade Europeia aumentar o seu património de conhecimento e experiência, aliando-se a uma organização que tem a inovação e a investigação como prioridades estratégicas, em total alinhamento com a missão da nossa instituição”, afirma a reitora, Hélia Gonçalves Pereira.

Faculdade de Direito de Lisboa cria gabinete de apoio a vítimas de assédio

A Direção da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa anunciou a criação de um gabinete de apoio e aconselhamento jurídico para vítimas de assédio e discriminação dentro da sua comunidade académica. A decisão foi tomada pela diretora da FDUL, Paula Vaz Freire, após o Conselho Pedagógico lhe ter enviado o relatório das denúncias anónimas de más práticas no relacionamento de docentes com alunos recebidas durante o mês de março, quando foi aberto um canal para o efeito pelo Conselho Pedagógico.

Livro da Nova SBE retrata casos encorajadores de inovação na saúde

A Fundação la Caixa, o BPI e a Nova SBE, em parceria com o Health Cluster Portugal, lançaram o livro “Inovação em Saúde por quem a pratica”, da autoria de Pedro Pita Barros, Filipa Breia da Fonseca e António Bensabat Rendas. A obra foi desenvolvida no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social e reúne casos encorajadores da inovação que se faz em Portugal nesta área.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Editora da UC repõe em árvores o papel usado nos livros que publica

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

É mais do que um mero gesto simbólico. A plantação de 100 árvores no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra constitui um passo importante no compromisso da editora para a neutralidade carbónica. A Imprensa UC compromete-se a compensar o impacto ambiental resultante da produção de livros impressos, repondo anualmente o número de árvores correspondente ao papel usado nas impressões das obras que edita.



© UC | Marta Costa

A iniciativa junta a Imprensa UC e o Jardim Botânico, duas unidades criadas no âmbito das Reformas Pombalinas da Universidade, e é lançada no ano em que celebram o 250.º aniversário. O programa prevê a plantação de 250 árvores de fruto e árvores autóctones, no pomar e na mata, até final do ano.

A Imprensa UC tem vindo a trabalhar na diminuição da pegada ambiental, ajustando, por exemplo, as tiragens das suas publicações às efetivas solicitações do mercado. Foi também a primeira editora universitária a adotar em pleno as políticas de acesso aberto no país. ■